



## Questão do Vigilante Horista no DF será julgada pela Justiça. Greve suspensa



**Categoria decidiu, em assembleia, suspender greve. Caso necessário, movimento será retomado.**

O Tribunal Regional do Trabalho vai julgar o imbróglio do vigilante horista no Distrito Federal. A decisão pelo dissídio coletivo foi tomada na quinta-feira (27) após audiência no tribunal entre a categoria e os patrões na qual não houve acordo.

“Vamos realizar um esforço junto ao Tribunal Regional do Trabalho para convencê-los do quanto o vigilante horista é nocivo”, explica o deputado e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) Chico Vigilante.

O Tribunal também vai decidir sobre o pagamento pelos dois dias de paralisação. “Como a greve não foi decretada ilegal, temos uma

grande expectativa positiva para o pagamento desses dias”, afirmou o distrital.

No mesmo dia foi realizada mais uma importante assembleia da categoria em frente ao Sindicato, no Conic. A categoria decidiu que a greve não foi encerrada, está suspensa. “Ela pode ser decretada novamente caso a categoria decida”, explica Chico Vigilante.

Chico Vigilante explicou os termos do dissídio coletivo e informou que os itens previamente acordados entre as partes foram registrados em Ata.

Nas negociações prévias com os patrões houve acordo em relação ao reajuste e ao plano de saúde dos vigilantes. O reajuste de 6,58% deverá ser pago com data retroativa a 1º de janeiro. “Portanto, os vigilantes não vão perder nada”, explicou Chico Vigilante.

O deputado ressaltou a importância do espírito de união dos vigilantes para concretizar o sucesso nesta campanha. “A categoria deve se manter firme e unida em torno do Sindicato que é o único caminho para a vitória”, argumentou.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

# Atos de 1º de Maio ecoam ‘Fora Temer’ e repúdio a reformas

*Em São Paulo, atos e marcha da CUT, CTB e Intersindical reúnem 200 mil pessoas.*



Os atos de 1º de Maio tornaram-se manifestações de repúdio ao governo Temer, com mais intensidade no protesto convocado pela CUT, CTB e Intersindical em São Paulo, com presença das frentes Brasil Popular e Povo sem Medo. Mesmo com dificuldades com o poder público municipal, os organizadores estimaram em 200 mil o número de participantes, entre a Avenida Paulista, onde o ato começou, e a Rua da Consolação, por onde seguiu uma passeata no final da tarde até chegar à Praça da República, na região central, palco de apresentações musicais, que prosseguiram até a noite.

Sindicalistas e ativistas responderam ao governo Temer, que teve alguns porta-vozes falando em “fracasso” da Greve Geral da

última sexta-feira. “Fracasso é o seu Temer, é o golpe que ele deu e já está indo por água abaixo”, reagiu o coordenador da Frente Povo Sem Medo e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos. “Com mais de 90% de rejeição, (o governo) quer aprovar reformas infames.”

Durante a manifestação, ele afirmou que a greve de sexta tem três presos políticos, acusados de agir contra a ordem pública. “Foram presos com acusações absurdas, sem nenhuma prova. Ordem pública é o povo com casa, é trabalhador com direito. Nós é que defendemos ordem pública”, disse Boulos. Em referência a uma das acusações contra os militantes – provocar incêndio –, ele respondeu: “Se acham que vão nos intimidar,

estão enganados. Agora é que vão ver o que é incêndio”.

A presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral, condenou a violência policial e citou a agressão ao estudante ante Mateus Ferreira da Silva, da Universidade Federal de Goiás (UFG), integrante do Centro Acadêmico, sexta-feira, em Goiânia. “Ele foi barbaramente espancado e gravemente ferido”, lembrou Carina. “Nós lutamos pelo futuro do Mateus e pelo direito de lutar.” E a presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Juvandia Moreira, destacou, além desses dois episódios, a invasão ocorrida à sede da entidade, na noite de sexta.

O ato de CUT, CTB e Intersindical ocorreu em clima tranquilo, mas teve alguns incidentes. Pela manhã, os sindicalistas não puderam estacionar o carro de som diante do vão livre do Masp, como previsto. Tiveram de parar alguns quarteirões adiante, na esquina da Paulista com a Rua Haddock Lobo, perto de um prédio residencial, o que provocou reclamações dos moradores. “Eu disse ao síndico que isso é culpa do Doria (o prefeito João Doria, do PSDB), não é culpa nossa”, afirmou o presidente da CUT, Vagner Freitas. Durante a manifestação, o prefeito foi várias vezes “lembrado” nos discursos.

Outro incidente ocorreu já na passeata pela Rua da Consolação, após os manifestantes deixarem a Paulista, rumo à Praça da República. No início do percurso, a Polícia Militar impediu o acesso de um caminhão de som. Sindicalistas tentaram negociar, chegaram a anunciar um acordo, mas depois informaram que a PM “confiscou” as chaves do veículo, que permaneceu parado, enquanto a marcha continuou. Mais adiante, uma senhora em um prédio provocou manifestantes com um “pixuleco” do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi vaiada. Por outro lado, crianças em uma ocupação gritavam “queremos moradia” e “Fora Temer”.

## **Mídia**

Vagner destacou a importância do movimento de sexta-feira contra as reformas e o papel da imprensa. “A Greve Geral foi pauta no mundo inteiro, em toda a mídia mundial. E a mídia golpista escondeu. Precisamos imediatamente voltar a ter democracia no Brasil e fazer o marco regulatório dos meios de comunicação. Acho que a Greve Geral foi

a gota d’água.”

Segundo ele, a paralisação mostrou apoio popular e reprovação da sociedade contra as “reformas” da Previdência e trabalhista. “Estamos na ofensiva e temos de continuar. Vamos ocupar Brasília integralmente e não permitir que haja votação de retirada de direitos.” Na próxima quinta-feira, representantes de todas as centrais e de movimentos sociais vão se reunir para discutir os próximos passos. Mas amanhã uma comitiva de sindicalistas vai a Brasília conversar com o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e com a bancada do partido, para articular a resistência na Casa, para onde seguiu o substitutivo de mudança da legislação trabalhista.

Os discursos também defenderam a antecipação das eleições gerais de 2018 para este ano. “Nada funciona no Brasil porque não há credibilidade”, disse o presidente da CUT.

O vice do PCdoB, Walter Sorretino, propôs a formação de uma “grande frente ampla para defender a democracia”. “Esse governo usurpador colocou o país num grande impasse”, afirmou. “Além de retirar direitos, o governo golpista vem aumentando a repressão contra os movimentos sociais”, acrescentou o presidente nacional do PT, Rui Falcão, também a favor da antecipação das eleições. “Em vez da PEC da Previdência, queremos a PEC das diretas.” Também usaram o palco representantes do Psol, PCO e PCR. Entre os políticos presentes, estavam os deputados federais Arlindo Chinaglia, Carlos Zarattini (ambos do PT-SP) e Ivan Valente (Psol-SP), além do vereador paulistano e ex-senador Eduardo Suplicy (PT).

Já na República, os shows começaram com a apresentação do grupo As Bahias e A Cozinha Mineira. “Todos juntos contra a reforma da Previdência”, afirmaram, também com homenagens ao cantor e compositor Belchior, que morreu neste final de semana. Depois iriam se apresentar Leci Brandão, MC Guimê e Emicida.

Fonte: CUT

# Fim do foro, reforma trabalhista e CPI da Previdência marcam semana no Senado



No caso da reforma trabalhista, primeiras discussões deverão ser a respeito da imposição ou não de urgência para sua tramitação / Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

Alguns temas marcaram o noticiário da última semana e continuam em pauta no Senado a partir desta terça-feira (2). A proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o foro especial por prerrogativa de função volta a ser discutida, e os senadores passam a se dedicar também à análise do projeto de lei da reforma trabalhista, aprovado na Câmara na quarta-feira (26).

A PEC do Fim do Foro passará, a partir de quarta (3), pela primeira das três sessões de discussão necessárias antes da votação em segundo turno. Ela foi aprovada em primeiro turno na semana passada. A expectativa é que esteja pronta para ser votada novamente no dia 9. Se for aprovada, será encaminhada à Câmara dos Deputados.

O texto extingue o foro privilegiado para todas as autoridades, exceto os presidentes da Câmara, do Senado, da República e do Supremo Tribunal Federal.

No caso da reforma trabalhista, as primeiras discussões deverão ser a respeito da imposição ou não de urgência para sua tramitação. Diferente do modelo adotado na Câmara, no Senado o texto não deverá passar por uma Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

comissão especial, e sim por pelo menos três comissões de mérito permanentes da Casa: a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos.

Se a urgência for aprovada pelos senadores, no entanto, a matéria pode ter a tramitação acelerada e receber parte desses pareceres diretamente em plenário.

Outro tema que deve começar a ser discutido no Senado esta semana está relacionado à Previdência. Embora a reforma da Previdência ainda não tenha sido votada na Câmara, os senadores já começam a se aprofundar no assunto com o início dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência.

A CPI foi instalada na semana passada e vai apurar os números do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e identificar casos de fraude e sonegação. O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento de criação da comissão, presidirá os trabalhos e o senador Hélio José (PMDB-DF) será o relator.

As comissões permanentes da Casa também devem funcionar, analisando projetos que podem ser enviados para análise em plenário. A Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, pode voltar a debater a PEC da Reforma Política, que trata do fim da reeleição para presidente, entre outras coisas.

A Comissão de Assuntos Sociais deve votar projeto que aumenta a alíquota do Imposto de Renda sobre remessa de dinheiro para paraísos fiscais.

Fonte: Brasil de Fato

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF